

RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.720 - SP (2018/0252777-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADOS : ANA CAROLINA GUIDI TROVO - SP123657
INSCRIÇÃO INEXISTENTE - SP000030
RECORRIDO : VICENTE RUFINO
ADVOGADO : GUILHERME DE CARVALHO - SP229461

DECISÃO

Mediante análise dos autos, verifica-se que a Vice-Presidência do Tribunal de origem, após constatar que o acórdão impugnado divergia da orientação firmada por este Superior Tribunal de Justiça em processo submetido ao rito dos recursos repetitivos, determinou a devolução dos autos ao órgão julgador, nos termos do art. 1.040, inciso II, do Código de Processo Civil (fls. 306/309).

Ocorre que o relator, considerando que "a decisão judicial não pode ser cindida e em obediência à teoria da unidade estrutural", deixou de adotar as providências cabíveis em relação ao juízo de retratação para determinar o retorno dos autos à Vice-Presidência, "tendo em vista que não houve apreciação dos recursos especial e extraordinário interpostos pela autoria" (fl. 312).

Nada obstante, a Vice-Presidência, após o recebimento dos autos, deu normal prosseguimento ao feito e procedeu ao juízo de admissibilidade recursal, sem possibilitar novo pronunciamento do órgão julgador, na forma do art. 1.040, inciso II, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Publicado o acórdão paradigma:

[...]

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso VIII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **determino a devolução dos autos à Corte de origem para que o Órgão Colegiado se pronuncie conforme a sistemática prevista no art. 1.040 do Código de Processo Civil.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

